

Para compensar os atrasos e custos nos investimentos do Governo Federal à área de atendimento ambulatorial do SUS - Sistema Único de Saúde - o Governo do Estado socorreu repetidas vezes as prefeituras municipais e contribuiu largamente para impedir o fechamento de hospitais beneficentes. Em 1993, as possibilidades de atendimento foram ampliadas, com o início de 45 novas obras, entre unidades básicas de saúde, consultórios e pronto-socorros, e com a aquisição de equipamentos para os hospitais do Estado no valor de US\$ 55 milhões.

Embora indispensáveis, tais ações refletem apenas uma pequena parte da ação do Governo na área da saúde. A palavra-manifesto dos especialistas ensina que melhorias reais a médio e longo prazos começam pelo saneamento básico. Esta abordagem preventiva foi escolhida como forma de atuação preferencial.

Somente em 1993, a Sabesp investiu quantia equivalente a US\$ 1 bilhão na construção de sistemas de águas e esgotos nos 330 municípios em que opera, atendendo uma população de mais de 18 milhões. Foram assentados 745 quilômetros de redes de água, permitindo 170 mil ligações domiciliares, e mais 746 quilômetros de redes de esgoto com 200 mil novas ligações particulares. Foram iniciadas, igualmente, duas obras de vulto: o sistema produtor do rio do Peixe, em Presidente Prudente, e a Estação de Tratamento de Água, de Registro, que irá normalizar o abastecimento de água do município até 2020.

Desde que assumiu a responsabilidade pelos serviços de águas e esgotos do litoral Sul, a Sabesp já investiu US\$ 350 milhões em obras locais. Tais investimentos permitiram, por exemplo, a despoluição das praias de Santos, com a reversão das águas dos canais de drenagem da cidade para o interceptador oceânico. No Guarujá, já foi despoluída a praia da Enseada e prossegue a construção de coletores-troncos nas praias do Tombo e Guaiúba. Prossegue, igualmente, em Praia Grande a construção de dois grandes emissários submarinos com investimentos de US\$ 47 milhões.

Por sua vez, o projeto Saneasa, criado para financiar obras em municípios não conveniados com a Sabesp, atendeu, em 1993, 160 cidades do interior e litoral.

Dentre todas as obras de saneamento básico do Estado, há, no entanto, uma que merece nítido destaque. Pela dimensão dos trabalhos, pelos recursos envolvidos, pela mão-de-obra que já está sendo empregada, pelas repercussões no meio ambiente, a despoluição do Rio Tietê, no trecho que corre a Região Metropolitana de São Paulo, é um dos projetos mais importantes deste final de século.

Apenas em sua primeira etapa, iniciada em 1993 e a ser cumprida ainda em 1994, deverá ser investido o equivalente a US\$ 1,4 bilhão, entre recursos diretos do Governo Estadual, do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Os primeiros resultados já estão surgindo. Registramos reduções de 36% nos lançamentos de resíduos orgânicos e de 34% no lançamento de materiais inorgânicos efetuados por 1250 indústrias cadastradas ao longo do rio. Dentre estas empresas, 606 já estão dando tratamento adequado aos seus efluentes, enquanto as restantes estão com os respectivos projetos aprovados e em vias de execução.

Em agosto de 1993, deu-se início à construção das estações de tratamento de Novo Mundo e de São Miguel e à complementação da estação do ABC, em São Caetano do Sul. Estão previstas ampliações nas estações de Barueri, na Zona Oeste e de Suzano, na Zona Leste da Região Metropolitana.

As obras de esgoto do programa de despoluição do Tietê incluem também 37 km de interceptores, cuja implantação já foi iniciada na Capital e em municípios da Região Metropolitana, 1.500 km de rede coletora de esgotos domésticos, 315 km de coletores-troncos e 250 mil novas ligações domiciliares.

O Projeto Tietê engloba ainda um conjunto de obras destinadas à expansão de serviços de abastecimento de água e controle de enchentes na Região Metropolitana. Localizado junto à nascente do rio, o denominado Sistema do Alto Tietê compreende cinco barragens interligadas de uso múltiplo, que controlam a vazão das águas das cabeceiras.

Já se encontram em operação as barragens de Jundiá, Taiaçupeba e Ponte Nova, contribuindo com 5 mil litros de água por segundo para a região Leste. As obras nas barragens de Paratiba e Biritinga aguardam apenas a liberação do financiamento de US\$ 450 milhões acertado com o Overseas Economic Cooperation Fund.

Esta verba também será aplicada nas obras de retificação e canalização do rio Cabuçu de Cirma, afluente do Tietê, no trecho entre Barueri e Guarulhos.

Preocupado em proteger os mananciais, o Governo do Estado assinou, recentemente, termo de cooperação técnica com as Prefeituras de São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Mauá e São Caetano do Sul para estabelecer um trabalho conjunto de fiscalização na bacia hidrográfica da represa Billings. Essa iniciativa soma-se aos esforços empreendidos pelo Governo para despoluir a represa, transformando-a em reservatório de água para o consumo da população. Além da Educação, da Habitação e da Saúde, incluindo Saneamento, outra área de atuação prioritária do atual Governo diz respeito à Segurança.

Balanço efetuado ao final de 1993 revela que, até então, a polícia já havia recebido 2.540 veículos e 13.577 armas com variação do poder de fogo. Para a Polícia Militar, foram destinados 1.289 veículos e 12.093 armas, enquanto a Polícia Civil recebeu 919 viaturas e 1.484 armas. Ao corpo de bombeiros foram destinados 332 veículos.

No mesmo período foram inauguradas mais de 300 unidades policiais — 102 das quais apenas em 1993 — compreendendo delegacias, distritos e unidades especializadas. Completando o reforço, foram admitidos 12.019 homens na Polícia Militar e 10.838 na Polícia Civil.

Entre as operações policiais pautas em prática em 1993, destacam-se a Operação Fecho-Quartel, sob o lema "quartel fechado, policiais na rua"; a Operação Cruzamento, atuando nos cruzamentos urbanos onde é maior a ameaça de assaltos; a Operação Pagamento, de proteção a empresas nos dias de pagamento; a Operação de Repressão a Roubos e Furtos de Cargas; a Operação Desmanche, contra roubos e furtos de automóveis; a Operação de Segurança nos Estádios e o Radiopatrulhamento Comunitário, para policiamento ostensivo e preventivo.

A Rede Detran continuou sua expansão, já atingindo 116 cidades do Estado. A previsão é de que, em meados de 1994, o projeto de informatização dos Ciretrons - Circunferências Regionais de Tráfego atinja um total de 350 cidades. Isso aumentará consideravelmente a capacidade de detecção de veículos roubados.

O Governo do Estado também vem cuidando da ampliação da rede de delegacias especializadas, assegurando proteção a parcelas da população especialmente vulneráveis, como os idosos, as mulheres, as minorias raciais, a infância e a juventude.

O grave problema da superlotação carcerária, uma das maiores preocupações do atual Governo, começa a ser solucionado. Estão sendo construídas quatro grandes cadeias na Capital, duas em Osasco e outras quatro em Santo André, Praia Grande, Piracicaba e São José dos Campos. No término das obras, previsto para o primeiro semestre de 1994, essas dez cadeias irão abrir 5 mil novas vagas.

No âmbito dos transportes, os destaques de 1993 foram o início do Programa de Privatização e Concessão de Rodovias Estaduais, o grande desenvolvimento do Programa de Pavimentação Econômica de Estradas Vicinais, com a inclusão de 366 novas obras em 350 municípios, e a continuação de duas obras de vulto com conclusão prevista para 1994: a ponte rodoviária sobre o rio Paraná, ligando São Paulo a Mato Grosso do Sul, e a Rodovia Governador Carvalho Pinto, no Vale do Paraíba. Continuação da Rodovia dos Trabalhadores, a Carvalho Pinto permitirá desafogar a Via Dutra melhorando as condições de tráfego entre São Paulo e Rio de Janeiro. O trecho atualmente em construção liga Guararema e Taubaté. Já a ponte rodoviária sobre o rio Paraná, ligando os Municípios de Rubiáia (SP) e Aparecida do Taboado, em Mato Grosso do Sul, permitirá o transporte de mais de cinco milhões de toneladas de cargas por ano entre os dois Estados.

Paralelamente, deu-se continuidade a um extenso programa de obras de recuperação, conservação, duplicação e abertura de trechos fixos, de maneira a manter a qualidade da malha rodoviária de São Paulo, que, reconhecidamente, é a melhor do Brasil.

O Programa de Privatização e Concessão de Rodovias Estaduais, cujo processo de concorrências públicas foi iniciado em 1993, abrange inicialmente os três principais sistemas rodoviários de São Paulo - Anhanguera/Bandeirantes, Castelo Branco e Achieta/Imigrantes. As normas estabelecem que, em troca da cobrança de pedágios e taxas referentes ao uso das margens, os futuros concessionários se responsabilizam pela manutenção e conservação das pistas e também pelas seguintes obras de ampliação: prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes até Limeira, construção das vias marginais à Castelo Branco e da segunda pista da Imigrantes.

Entre as obras de duplicação em andamento, destacam-se a Rodovia Marechal Rondon, com 310 quilômetros já construídos entre Botucatu e Catanduva, a Rodovia Cândido Portinari, entre Ribeirão Preto e Franca, a Rodovia Faria Lima, entre a Rodovia Washington Luís e Belém, a Rodovia Deputado Laércio Corte, entre Piracicaba e Limeira e a Rodovia Antônio Romano Schincariol, de Taubaté a Itapetininga.

No tocante aos transportes urbanos, os projetos mais importantes iniciados neste Governo e que serão desenvolvidos em 1994 são a implantação do Sistema de Trens Urbanos e a ampliação da rede do Metrô. O Sistema de Trens Urbanos deverá integrar os 657 quilômetros das linhas de subúrbio da Fepasa, os 120 quilômetros da CBTU - Companhia Brasileira de Transportes Urbanos e a rede do Metrô.

Enquanto isso, estão em andamento obras das estações Jardim São Paulo, Parada Inglesa e Tucuruvi, da Linha Norte-Sul, que terão entregues no próximo ano e passarão a atender 100 mil pessoas. No final de 1993, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) liberou recursos para o início das obras da quarta linha do Metrô.

Finalizando o capítulo dos transportes, é indispensável registrar os avanços verificados na Hidrovia Tietê-Paraná. Com a inauguração do Canal Pereira Barreto e das eclusas de Nova Avanhandava, em 1991, a Hidrovia tornou-se navegável numa extensão de mais de 1.000 quilômetros entre a região paulista de Piracicaba e São Simão, em Goiás, e vai-se constituindo rapidamente a melhor opção para o escoamento dos produtos do Brasil Central para os centros consumidores da Capital paulista e do exterior.

Nos primeiros meses de 1994, estaremos inaugurando a eclusa de Três Irmãos. A partir desse momento, ficará faltando apenas a eclusa de Jupia para que a Hidrovia Tietê-Paraná alcance Itaipu, com uma extensão de 2.400 quilômetros. As perspectivas são enormes. Começa-se a discutir, inclusive, a possibilidade de uma obra multinacional permitindo que a Hidrovia ultrapasse Itaipu chegando aos portos de Buenos Aires e Montevideo, convertendo-se assim em poderoso fator de integração do Mercosul.

Desde já, no entanto, a Hidrovia se revela um agente revitalizador da economia e um grande catalizador de atividades produtivas regionais, abrindo novas opções de investimentos e multiplicando riquezas.

Essa característica marcante logo chamou a atenção dos integrantes do Fórum Paulista de Desenvolvimento, mecanismo de entendimento econômico e social que, desde o início do atual Governo, vem procurando caminhos para a retomada do desenvolvimento. Pareceu claro a todos que apoiar a Hidrovia significava apoiar o progresso de São Paulo. Criou-se, assim, na terceira reunião Plenária do Fórum, em setembro de 1991, a Agência de Desenvolvimento Tietê-Paraná, destinada a se converter em pólo de convergência da iniciativa privada e elo de ligação com o Governo do Estado.

Assim, na quinta Plenária do Fórum, pudemos anunciar a entrada da iniciativa privada, em regime de parceria com o Estado, em três importantes empreendimentos ligados à Hidrovia: os terminais de cargas de Pederneras, Conchas e Anhuma.

A política de parceria entre o Estado e a iniciativa privada, que tem sido aplicada em vários setores além das estradas de rodagem e da Hidrovia, é uma resposta moderna à necessidade de realizar obras de grande vulto com recursos públicos escassos.

Com as parcerias, ganha o Estado, ao economizar recursos que poderão ser aplicados em áreas sociais prioritárias, ganha a iniciativa privada, com a abertura de novas oportunidades, e ganham todos os paulistas, com mais empregos e mais desenvolvimento.

Por iniciativa do Fórum, surgiram centenas de outras medidas como concessão de incentivos fiscais, linhas de crédito especiais e implantação de pólos industriais em todo o território paulista. Em conjunto, essas medidas geraram investimentos superiores a US\$ 1 bilhão e possibilitaram a criação de 100 mil empregos diretos.

Na última reunião plenária realizada em 1993, foram apresentados os projetos de construção de anel rodoviário com 171,6 quilômetros, ligando todas as rodovias que dão acesso à Grande São Paulo; de privatização dos entespostos de hortifrutigranjeiros da Ceagesp e de constituição de Sociedade Privada para o Desenvolvimento do Conjunto Portuário Paulista. Destaque-se, ainda, a assinatura do protocolo de intenções entre a SP Gás, empresa constituída no âmbito do Fórum, e a Petrobras, para criação de nova empresa que assumirá a operação do futuro Brasil-Bolívia, cujo terminal será em São Paulo.

Um poderoso instrumento de estímulo aos investimentos privados é o Proid - Programa de Incentivos ao Desenvolvimento Industrial. Operado pelo Banespa, financia até 25% dos investimentos necessários à instalação de novas indústrias no Estado de São Paulo. Paralelamente, o Banespa tornou-se o maior banco agrícola do Estado. Em 1993, concluiu cinco vezes mais contratos de financiamento do que em 1991. Somente no mês de outubro, um dos mais importantes do calendário agrícola, foram celebrados 4 mil contratos no Estado, número superior aos do Banco do Brasil somados aos de todos os bancos particulares.

A agricultura já havia sido contemplada com várias medidas propostas pelo Fórum: diferimento do ICMS para insumos; redução de impostos na compra de implementos e máquinas; Programa do Calcário; criação do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca; modernização dos institutos de pesquisa e redução de impostos na comercialização de gêneros básicos de alimentação.

O objetivo final dessa política agrícola é, naturalmente, fazer com que os alimentos cheguem mais baratos à mesa do trabalhador. Especialmente preocupado com a população mais humilde, o atual Governo criou programas como o São Paulo Vidalimento, que distribui, inicialmente, 43 mil litros de leite por dia a famílias da Capital. Em sua fase final, o Vidalimento deverá distribuir mensalmente 12,4 milhões de litros.

A Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social desenvolve uma multiplicidade de programas para diminuir o sofrimento das crianças carentes. Vários deles são considerados modelos pela UNICEF, a organização das Nações Unidas para a infância. Só o SOS Criança, que recebe e encaminha crianças perdidas, abandonadas, vítimas de violência ou que cometeram algum tipo de delito, já registrou mais de 64 mil atendimentos desde o início do atual Governo.

Para os meninos de rua da Capital os principais programas são Casa Aberta, Casa Moradia e Casa Renascer. A Casa Aberta recebe os menores de rua e os encaminha segundo as circunstâncias individuais. Por exemplo, menores de 14 a 17 anos, vítimas de violência no lar, onde sua permanência se torna perigosa, são encaminhados para a Casa Moradia. Já crianças de 7 a 14 anos, cujo retorno ao lar ainda se considera possível, vão para a Casa Renascer, que lhes servirá de residência provisória.

Em grande número de casos, as crianças têm família mas necessitam orientação, amparo e ocupação extra para não se desencaminharem. Pensando nelas, desenvolvemos o Clube da Turma, o Circo Escola, o Projeto Enturmado, o Projeto Turma Faz Arte e a Casa Aberta Leide das Neves. Já foram acolhidas por esses programas mais de 36.500 crianças.

Considerando o quanto o início da vida profissional pode ser difícil, sobretudo quando o desemprego é muito alto, criamos o Programa de Iniciação ao Trabalho. Tal programa, desenvolvido em conjunto pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social e pela Secretaria de Relações do Trabalho, já está implantado em onze empresas estatais. Por meio dele, as crianças carentes são admitidas para um estágio de formação durante seis meses nas estatais. Passado este prazo, são contratadas em regime CLT, com registro em carteira, ou encaminhadas para empresas particulares através do Balcão de Emprego da Secretaria de Relações do Trabalho. Mais de 1.800 jovens já obtiveram, assim, oportunidade para começarem a sua vida profissional e se tornaram cidadãos úteis a si mesmos e à comunidade.

Não deixou o Governo ainda de outros setores, como a Cultura, a Ciência e a Tecnologia, os Esportes e o Turismo. Todos eles mereceram especial atenção do Poder Público, como o comprovam os relatórios anexos. Também o Fundo Social de Solidariedade, que, desde 1991, assumiu a coordenação e articulação da política social do Governo, consolidou e expandiu a sua atuação através de novos projetos, atividades e campanhas, por meio dos Programas de Atendimento Especial à População Idosa e à Pessoa Portadora de Deficiência e de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas.

Como se vê, ainda que sem pretender ter solucionado todos os magnos problemas que afligem a nossa população, este Governo se encaminha para a fase final do mandato que lhe foi conferido pelos eleitores paulistas, consciente de que, com a inestimável colaboração dos ilustres parlamentares dessa Casa de Leis, tudo fez para levar adiante a recuperação e o aprimoramento dos serviços que presta à coletividade, contribuindo, por certo, para incentivar a evolução e o progresso deste grande Estado e a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Estas são, em linhas gerais, as realizações do Governo do Estado de São Paulo e suas metas para o ano de 1994.

Palácio dos Bandeirantes, em 1º de fevereiro de 1994.

Luiz Antonio Fleury Filho
GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETARIA DO GOVERNO

ASSESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA

No exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, a ATL, órgão complementar da Procuradoria Geral do Estado, incumbido prestar assessoramento técnico-legislativo ao Chefe do Executivo.

Por determinação governamental e no desempenho de suas funções, o órgão encaminha à Assembleia Legislativa 101 projetos de lei, dos quais 27, de natureza complementar.